



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 622, DE 2015

Dispõe sobre a proibição do uso de recursos públicos para contratação de artistas que, em suas músicas, desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento, ou contenham manifestações de homofobia, discriminação racial ou apologia ao uso de drogas ilícitas

Autora: Deputada MOEMA GRAMACHO

Relatora: Deputada ERIKA KOKAY

I - RELATÓRIO

A proposição, de autoria da Deputada Moema Gramacho, tem por objetivo proibir o uso de recursos públicos para contratação de artistas que, em suas músicas, desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento, ou contenham manifestações de homofobia, discriminação racial ou apologia ao uso de drogas ilícitas.

As razões que fundamentam a proposição constam da seguinte justificção:

“Atualmente, a produção cada vez mais constante de músicas com apelo pornográfico e preconceituoso leva à necessidade de reflexão por parte do poder público, que como defensor dos direitos da dignidade humana, não deveria financiar ações que banalizam...” o desrespeito “...à mulher, à raça, e a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

livre escolha sexual. Tão pouco, ações que estimulam o uso de drogas ilícitas.

Em inúmeras composições musicais a mulher é tratada como objeto sexual. Negros, indígenas, asiáticos e outras etnias minoritárias são tratados como inferiores. Lésbicas, gays, transexuais e travestis são ridicularizados; e o uso de drogas ilícitas é estimulado.

Estas composições apelam para o reducionismo e desqualificação da mulher. A pretexto do humor ou manifestação cultural, prega-se mesmo que involuntariamente, a violência de gênero.

A influência da música na formação do ideário popular leva à internalização inconsciente das letras pelas pessoas, o que pela recorrência cultural, provoca a banalização do destrato ao próximo.

Lei com igual teor existe no estado da Bahia desde 2012, e vem sendo repetida por vários estados e municípios do país, fortalecendo as políticas de valorização dos direitos da dignidade humana.

Entendendo ser inadmissível que o poder público patrocine espetáculos que maculem a imagem feminina e a dignidade da pessoa humana, proponho a ampliação do alcance desta norma para o âmbito nacional através do presente projeto de lei.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação da matéria.”

Distribuída inicialmente às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania, a proposição está sujeita a apreciação conclusiva, com regime de tramitação ordinária.

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei nº 622, de 2015.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

A esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, compete apreciar a proposição quanto aos aspectos relacionados ao Direito



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Administrativo, a teor do disposto no art. 32, XVIII, “o”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Inicialmente, deve-se ressaltar a pertinência do Projeto de Lei nº 622, de 2015, da nobre Deputada Moema Gramacho, que pretende moralizar o uso de recursos públicos na contratação de profissionais do setor artístico em geral.

Conforme muito bem lembrado na justificação da proposição, tem sido constante a produção de músicas com apelo pornográfico, preconceituoso e violento, o que não deve ser apoiada, estimulada ou patrocinada pelo Estado.

De fato, o Poder Público, além de observar o princípio da moralidade, deve enaltecer valores maiores como a dignidade da pessoa humana, o respeito ao próximo, a paz, a saúde, entre outros.

Em face da relevante pretensão perseguida pela proposição e visando aprová-la e aprimorá-la, oferecemos substitutivo que amplia o âmbito de aplicação da norma e promove essa inovação legislativa mediante alteração da Lei nº 8.666, de 1993.

Ante o exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 622, de 2015, na forma do **Substitutivo** anexo.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF
Relatora



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 622, DE 2015

Acrescenta o § 3º ao artigo 25 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para disciplinar a contratação do profissional de qualquer setor artístico por quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o § 3º ao artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para disciplinar a contratação de profissionais do setor artístico por qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art 2º O artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 3º:

“§ 3º É vedada a contratação do profissional de qualquer setor artístico de que trata o inciso III deste artigo, cuja obra ou repertório:

I – subjugue, desvalorize, exponha ou constranja a mulher ou a submeta a qualquer forma de tratamento depreciativo;

II – incentive a violência, homofobia, pornografia ou qualquer forma de discriminação ou preconceito quanto à cor, raça, etnia, religião ou orientação sexual;

III - faça apologia ao uso de drogas ilícitas.”



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

Relatora



CÂMARA DOS DEPUTADOS